HISTÓRIA DE EMPRESAS E HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

FLÁVIO A.M. DE SAES (Professor Associado - Departamento de Economia;Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo)

ABSTRACT

A disciplina História de Empresas consolidou-se como uma área específica e independente de pesquisa. Nesta comunicação, pretendemos observar as orientações presentes nessa disciplina sob a ótica do pesquisador de história econômica: quais os problemas que tem dominado as pesquisas de História de Empresas, qual a orientação teórica dominante, em que medida essas orientações são adequadas para o estudos da história das empresas no Brasil e de que modo o pesquisador de história econômica pode utilizar os instrumentos e os resultados da história de empresas? As respostas a essas questões nos levam a encarar com certa reserva as orientações dominantes na disciplina, mesmo reconhecendo o importante potencial representado pela documentação empresarial.

Nesta comunicação, pretendo tratar do tema "História de Empresas" sob a ótica da História Econômica (e em especial da História Econômica do Brasil). Não sendo um especialista em História de Empresas, meus comentários a respeito dessa disciplina, que hoje já tem plena autonomia acadêmica, não podem ir além das referências mais gerais e bastante conhecidas. No entanto, como pesquisador da História Econômica do Brasil e em função do objeto de minhas pesquisas, utilizei com relativa intensidade a documentação empresarial em meus trabalhos, os quais, independentemente ou mesmo contra a minha vontade, são por vezes identificados com a história de empresas. Desse modo, gostaria de expor as razões que me levaram ao uso da documentação empresarial e de que modo a "história de empresas" está integrada a uma pesquisa que eu pensei

situar no campo da história econômica. Paralelamente, penso ser possível indicar, sob a ótica do não especialista, as limitações e as potencialidades que vejo na História de Empresas, em particular como "instrumento" da História Econômica do Brasil.

1.OS RISCOS DA HISTÓRIA EMPRESARIAL E DA HISTÓRIA DE EMPRESAS

Desejo iniciar estes comentários por uma restrição quase ideológica que oponho à História Empresarial e à História de Empresas. Seguindo uma tradição razoavelmente consolidada, Carlos Marichal entende que a História Empresarial "concentra sua atenção na análise histórica do desempenho e do efeito de certos empresários inovadores individuais ou de certos grupos de empresários de vanguarda. Em contraste, a "história de empresas" ou *business history* presta especial atenção à análise das mudanças na organização econômica das companhias ou corporações, mudanças que são parte e reflexo das transformações econômicas e sociais em seu conjunto" (Marichal, 1997:10).

Tanto a história empresarial quanto a história de empresas são disciplinas do Século XX e sua definição como uma área de pesquisa acadêmica não se fez desde cedo. Toninelli, por exemplo, nos lembra que, no caso do Reino Unido, as primeiras histórias de empresas (datadas da década de 1920) eram quase exclusivamente histórias "oficiais" das companhias, sem qualquer valor acadêmico e consistindo essencialmente de "reminiscências e anedotas" (Toninelli, 1996: 26). Embora a disciplina acadêmica "História de Empresas" tenha claramente se distanciado dessa sua origem apologética, permanece, pelo menos para o público em geral, o risco de alguma confusão sobre a natureza da disciplina. É certo que a origem acadêmica do trabalho nem sempre garante seu rigor: um exemplo acabado dos desvios a que o trabalho acadêmico pode ser conduzido é o livro *The Last Titan: Percival Farquhar* , de Charles Gauld, publicado em 1964 pela Universidade de Stanford. O leitor dotado de mínimo espírito crítico começará a questionar a própria veracidade das

informações tal a apologia que o autor faz desse empresário (cuja longa passagem pelo Brasil foi marcada por episódios nada edificantes). Mas deixando estes casos extremos de lado, estariam eliminados os riscos de indevida identificação da história de empresas com trabalhos marcados por algum viés? Creio que não.

Por um lado, um grande número de empresas tem contratado a elaboração de suas histórias, frequentemente por profissionais altamente qualificados. É óbvio, no entanto, que este tipo de trabalho, por maior que seja a seriedade dos pesquisadores e por mais valiosa que seja a documentação disponível, encontra restrições importantes em sua elaboração. Provavelmente nem toda a documentação relevante será aberta ao pesquisador, as restrições de tempo e de orçamento muitas vezes conduzem a trabalhos superficiais e, por fim, se o resultado desagradar ao contratante, ele será engavetado, esterilizando, assim, o esforço do pesquisador. Por outro lado, e por razões que vão muito além do mundo acadêmico, a história empresarial recebe periodicamente o impulso da imprensa e do setor editorial. E nesses casos, o viés será inevitavelmente, até por razões mercadológicas, no sentido de delinear empresários ativos, progressistas e, se possível, voltados ao desenvolvimento do país. Um exemplo nessa direção é uma série de depoimentos de empresários conhecida como , *História Empresarial Vivida (*com o expressivo sub-título: Depoimentos de Empresários Brasileiros Bem Sucedidos) organizada por Cleber Aquino e que já conta com cinco volumes. Sem negar os méritos dessa coletânea, é preciso afirmar que se trata apenas de uma parte da história, e uma parte cujo viés é evidente. Desse modo, não se pode admitir que um documento, sem dúvida importante - como o depoimento de empresários - receba o título de história empresarial: a verdadeira história exige outras visões, outros documentos, outras evidências que certamente não irão reproduzir de forma simples e mecânica o depoimento do empresário.

Certamente, o leitor dirá que todos esses riscos são elementares e que podem ser evitados por um pesquisador qualificado. Embora concorde com essa afirmação, creio que a advertência não

é descabida porque muito se tem feito sob o rótulo de história empresarial e de história de empresas que está longe de merecer esse título.

No entanto, parece-me que há um risco igualmente importante, muito mais sutil e do qual não é fácil escapar. O estudo da história de uma empresa praticamente pressupõe a sua existência no momento da pesquisa, pois a documentação empresarial, no mais das vezes, desaparece quando a própria empresa deixa de existir. Uma empresa em atividade e em dificuldade dificilmente abrirá seus arquivos a pesquisadores;[1] desse modo, o universo de empresas objeto de pesquisa praticamente se reduz ao das empresas bem sucedidas, as quais, em geral, permitirão o acesso a seus arquivos de modo extremamente seletivo. Desse modo, o pesquisador poderá estar sendo induzido a elaborar a história do sucesso de uma empresa a partir de evidências que se limitam aos aspectos positivos da gestão de seus dirigentes ou ainda de inovações tecnológicas particularmente bem sucedidas. Em suma, retorna-se ao risco de uma história apologética da empresa, ainda que involuntária.[2]

Acredito, no entanto, que desde suas origens e mesmo em suas vertentes recentes, a própria disciplina acadêmica história de empresas preocupa-se principalmente com a explicação do sucesso de empresários ou de empresas, mais do que com as razões do fracasso de outras, explorando apenas uma parte da história. É o que procuro mostrar a seguir.

2.TEORIA E HISTÓRIA DE EMPRESAS

[1] Um exemplo marcante desse problema é dado por Robert Sobel, autor de uma obra sobre a RCA. Na Introdução ao livro, o autor relata suas gestões junto à alta direção da empresa no sentido de obter a cooperação para realizar uma "história não autorizada e não subsidiada" da empresa. À época, a RCA passava por dificuldades e a primeira resposta que obteve foi que se mantivesse em contato com a empresa pois talvez ela estivesse disposta a cooperar daí a alguns anos. Dois anos mais tarde, quando a situação da RCA já havia melhorado, o autor voltou a consultar a empresa por meio de correspondência, sem que sequer obtivesse resposta a qualquer de suas cartas (Sobel, 1986: 11).

[2] Estas limitações, além de impedirem o estudo mais acurado dos fracassos (o que seria altamente instrutivo), também evitam o registro de ações empresariais que não são conduzidas de acordo com padrões legais ou éticos vigentes na sociedade e que podem, em muitas circunstâncias, estar na raiz do crescimento da empresa. Creio que muitos já tiveram

Em um artigo publicado originalmente em 1949 - "Teoria Econômica e História Empresarial" - J.A. Schumpeter indicava de que forma a história empresarial poderia ser um elemento explicativo do processo histórico mais geral. Sua preocupação, reproduzindo de certo modo o esquema de *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (Schumpeter, 1988), consiste em identificar as fontes do crescimento econômico. E ao se fazer essa pergunta, situa a inovação como fenômeno fundamental do crescimento e o empresário inovador como seu agente central:

"...o simples incremento da população e do capital físico não é a resposta. O que importa não é simplesmente o incremento dos fatores de produção existentes e sim o uso incessantemente diferente que se faz destes fatores. De fato, boa parte do incremento nos fatores e particularmente do capital físico foi o resultado, mais do que a causa, do que podemos agora identificar como atividade empresarial. O que observamos é mais um esquema de comportamento, possivelmente complementado com um esquema de motivação; uma forma típica de colocar em prática as possibilidades inerentes em um sistema legal e social dado, mudando, ambos, no processo; os efeitos da atividade empresarial sobre a estrutura industrial que existe em um momento dado; o consequente processo de destruição e reconstrução que sempre se dava" (Schumpeter, 1968: 263-264).

Embora nesse texto Schumpeter desloque seu foco do empresário inovador (individual) para a atividade empresarial (admitindo que a inovação pode partir não só do empresário individual mas de outros grupos), é inegável que a história empresarial, vista sob esta ótica, tenderia a privilegiar as ações inovadoras bem sucedidas e, consequentemente, os agentes dessas inovações. Trata-se, a rigor, da transposição da teoria do desenvolvimento de Schumpeter para o plano histórico,

---

conhecimento de eventos desse tipo que raramente são incorporados à história das empresas (exceto, talvez, na literatura sobre os "barões ladrões" norte-americanos).

atribuindo ao agente inovador - individual ou coletivo - o papel central nesse processo, levando a história empresarial, nessa tradição, a dar atenção ao sucesso de empresas e empresários.

Se Schumpeter pode ser tido como um inspirador da história empresarial, é inegável que coube a Alfred Chandler a tarefa de delinear, no conjunto de sua obra, um verdadeiro programa de pesquisa para a história de empresas.[3] Tolliday afirma a importância da obra de Chandler enquanto ruptura com tratamentos prévios da história de empresas nos Estados Unidos, representados tanto pela historiografia "progressista" da grande empresa (com pronunciado viés moralístico) e com a escola cultural/empresarial. Chandler teria trazido à luz a questão organizacional em conexão com as bases tecnológicas de cada ramo industrial (Tolliday, 1996: 3-5).

Por seu turno, Church ressalta o salto metodológico representado pela obra de Chandler:

"Ele criou um modelo de desenvolvimento do capitalismo corporativo que nem é totalmente abstrato, baseado na teoria econômica, nem vulgarmente empiricista, construindo um fato sobre o outro". (Church, 1990: 703)

A vasta obra de Chandler oferece oportunidade de diferentes leituras. Como não especialista, prefiro indicar algumas versões que ela recebeu de historiadores de empresas. Richard John, em artigo escrito por ocasião dos vinte anos de *The Visible Hand*, assim resumia a essência do pensamento de Chandler:

"Chandler pergunta como se pode melhor explicar o crescimento da moderna empresa nos Estados Unidos? A pesquisa de Chandler revelou que as maiores firmas na economia americana se confinavam num número relativamente pequeno de indústrias. Certas indústrias, como refino de petróleo e aço, eram dominadas por grandes firmas. Outras indústrias, como têxteis e calçados, não eram. Para explicar este padrão, Chandler observou as características funcionais das firmas. As

[3] Chandler tem uma vasta obra sobre os problemas de gestão empresarial e sobre a história de empresas. Seus livros mais importantes para esta disciplina são Strategy and Structure (1962), The Visible Hand (1977) e Scale and Scope (1990).

maiores firmas podiam ser encontradas naqueles setores da economia em que a “mão visível” da gestão suplantara a “mão invisível” do mercado na coordenação da produção e da distribuição de bens. A principal razão para este padrão, concluiu Chandler, era tecnológico. Indústrias dominadas por um pequeno número de firmas obtinham vantagens dos avanços tecnológicos na produção e na distribuição; indústrias que permaneciam descentralizadas não obtinham essas vantagens. A persistência da competição nas indústrias descentralizadas devia-se menos às falhas empresariais de seus gerentes do que ao caráter tecnológico dessas indústrias. Chandler admitiu que os líderes dos negócios podiam introduzir novas tecnologias por várias razões, inclusive pelo desejo de assegurar poder de mercado ou controle social. No longo prazo, entretanto, somente aquelas firmas que desenvolviam novas tecnologias para aumentar a eficiência permaneciam prósperas e poderosas. Os principais determinantes da inovação organizacional não eram encontrados nem no plano social nem no político e sim nos imperativos tecnológicos da produção e da distribuição em massa em sociedades urbanas e industriais como os Estados Unidos” (John, 1997: 153-154)

Esses imperativos deviam se associar ao estabelecimento de uma hierarquia administrativa para coordenar o fluxo de recursos dentro da firma. Conclui John sua revisão de Chandler afirmando que:

“Em suma, organização - mais do que tecnologia e mercados - é a chave da eficiência, longevidade e crescimento econômico” (John, 1997: 155).

Mesmo que não seja absolutamente fiel a Chandler, este resumo permite situar seus principais argumentos para explicar o sucesso da firma que envolvem, a partir de uma “seleção” tecnológica, a capacidade de estabelecer uma estrutura organizacional apta a gerenciar os recursos.

Roy Church, comentando *Scale and Scope*, resume de forma um pouco distinta a tese de Chandler:

“A tese de Chandler é que, desde fins do século dezenove, as grandes firmas industriais (manufatureiras) desenvolveram-se pela exploração de economias de escala e de escopo e que uma condição necessária para o desenvolvimento bem-sucedido da corporação era o “triplo investimento articulado” em produção em larga escala, “marketing” internacional e redes de distribuição, e ainda uma organização gerencial adaptada a adminstrar unidades de negócios muito grandes” (Church, 1990: 704).

A síntese de Albert Fishlow da tese defendida em *Scale and Scope* é similar à de Church:

“O argumento de Chandler pode ser colocado brevemente. O desenvolvimento industrial,e em consequência, o crescimento econômico, é dependente da emergência da moderna empresa. Firmas grandes, integradas e gerenciadas hierarquicamente dominaram seus competidores porque puderam melhor explorar: 1) as economias de escala e de escopo - isto é, a diversificação de produtos - inerente às novas tecnologias capital-intensivas da Segunda Revolução Industrial; 2) as economias de “marketing”, distribuição e aquisição que eram essenciais para alcançar vantagens competitivas e afastar desafios potenciais; e 3) as economias de gerenciamento estratégico sobre uma série de decisões, da racionalização da produção ao investimento em pesquisa e ao desenvolvimento para expansão em novos mercados” (Fishlow, 1990 : 726).

Em suma, a obra de Chandler procura determinar as razões do sucesso do “grande negócio” (big business), acenando, em primeiro lugar, para os condicionantes tecnológicos e, a seguir, para a estrutura organizacional. É inegável que o foco de sua obra é a grande e bem sucedida empresa, mesmo que Fishlow vá um pouco além e afirme que se trata de entender o desenvolvimento industrial e o próprio crescimento econômico. De qualquer modo, é claro que a aplicação do “modelo” de Chandler tende a produzir uma história das empresas bem-sucedidas, reproduzindo o risco que nos parece inerente a essa disciplina. Ainda que se possa argumentar que a história das empresas fracassadas possa ser deduzida por exclusão, é inegável o viés do “sucesso” na própria

formulação da teoria que orienta a história empresarial e a história de empresas. É evidente que daí para a apologia da empresa e do empresário há um passo relativamente pequeno e que por vezes pode ser dado de forma até involuntária, reafirmando o risco de uma história de empresas que "selecione" o sucesso empresarial como seu objeto de pesquisa.[4]

Cabe discutir agora como situar a história de empresas diante da história econômica do Brasil.

3.HISTÓRIA DE EMPRESAS E HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

Duas questões se colocam neste tópico: em que medida os modelos de análise de História de Empresas propostos por Chandler[5] são adequados para o estudo da história de empresas no Brasil? De que modo a história de empresas pode ser integrada (ou servir de "instrumento") para a história econômica do Brasil?

Embora não tenha por base uma amostra significativa, acredito que o modelo de Chandler não tenha sido aplicado com frequência ao estudo da história de empresas no Brasil. Tal fato, surpreendente à primeira vista, não é difícil de ser explicado. Fishlow, ao comentar as teses de Chandler sob a ótica da dinâmica dos países em desenvolvimento contemporâneos, já indicava algumas razões:

---

[4] Ainda que sob formas um pouco diferentes, este problema tem sido apontado na literatura a respeito da história de empresas. Toninelli cita, de um lado, algumas objeções de Louis Galambos ao esquema predominante na história de empresas, entre eles o de que o enfoque organizacional da história de empresas (de Chandler) privilegia a perspectiva interna da alta administração, de modo que as transformações no sistema empresarial parecem ocorrer sem tensões sociais, com a sugestão implícita de que não há perdedores na história de empresas, somente vencedores no longo prazo.De igual interesse é o comentário de Maxine Berg sobre a história de empresas na Grã-Bretanha, também reproduzido por Toninelli: esse autor afirma que "muitas dessas histórias são fundamentalmente teleologias, privilegiando a emergência de firmas extraordinariamente grandes, ricas e bem-sucedidas e de empresários como a base da industrialização". (Toninelli, 1996: 39-41).

[5] É inegável a influência decisiva de Chandler na definição da disciplina história de empresas. No entanto, há outras orientações teóricas que vem ganhando algum espaço. Marichal (1997: 10) indica a economia dos custos de transação

"As tarefas centrais [para a firma de Chandler] de reestruturar a produção, melhorar a distribuição de insumos e do produto final e reorganizar a gestão desses processos [nas economias em desenvolvimento] cabem menos à firma e mais ao estado. Em muitos casos, a grande e moderna empresa industrial é total ou parcialmente de propriedade do estado. Mesmo quando a propriedade permanece privada, o elemento crítico na determinação do nível de investimento e na escolha da tecnologia continua a ser a política pública por meio dos sinais macroeconômicos do estado, seus investimentos complementares em infraestrutura e seu direcionamento setorial. O papel da firma em vários países em desenvolvimento foi o de absorver tecnologia estrangeira e não de criá-la; de investir a poupança pública e de contar com recursos internos ou mercados de capitais; e de gerir com agilidade a interface entre lucros privados e benefícios sociais e alcançar ambos" (Fishlow, 1990 : 728).

Estas observações sugerem que o modelo de Chandler tem pouca relação com a realidade da empresa nos países desenvolvidos e que sua tentativa de aplicação estrita certamente irá ignorar os aspectos mais relevantes da história da empresa. Em particular, Fishlow lembra que nesses países o sucesso da empresa está, em geral, menos vinculado à sua inserção no mercado do que ao domínio de certos elementos institucionais.

Estas objeções de Fishlow são facilmente observáveis no caso do Brasil. As primeiras empresas de grande porte foram, em geral, as de serviços de utilidade pública (principalmente transportes e energia), as quais dependiam de concessões realizadas pelo estado (desde a esfera geral ou federal até a municipal). Ou seja, na própria origem dessas empresas se situa algum tipo de interação com o estado que, ao mesmo tempo, lhe garante um monopólio na oferta de determinado serviço. Todos aqueles que se dedicaram ao estudo de empresas de serviços de utilidade pública

---

(associada a Ronald Coase e Oliver Williamson) e a economia institucional (na vertente de Douglass North) como duas dessas orientações que vem sendo aplicadas à história de empresas.

tiveram de dar muito mais atenção às gestões da empresa junto ao estado do que às suas ações para ampliar o mercado por meio de inovações tecnológicas ou administrativas.

Mesmo quando se passa à industrialização, o modelo de Chandler parece ser de pouca utilidade. Numa primeira fase, se admitirmos a hipótese de José de Souza Martins em seu estudo sobre o Conde Matarazzo, a empresa industrial é gerida essencialmente como um negócio comercial em que importa reduzir o custo de compra (de matérias-primas e força de trabalho) e aumentar o preço de venda (se possível via monopólio ou buscando a elevação de tarifas de importação) (Martins, 1973). A empresa, familiar ou individual, deixa pouco espaço para uma "revolução gerencial" e a tecnologia é dada pela possibilidade de importar máquinas que incorporam padrões produtivos já bem estabelecidos. Numa fase mais avançada, há a crescente penetração das empresas multinacionais que já trazem de suas matrizes tecnologias e padrões gerenciais definidos, tornando ociosa qualquer reflexão sobre estas questões na empresa instalada no Brasil.

Em suma, as razões do crescimento (ou do sucesso) da grande empresa instalada no Brasil (pública ou privada, nacional ou estrangeira) devem ser procuradas em outras instâncias que não as propostas por Chandler. Talvez por isso mesmo, a maior parte dos estudos de histórias de empresas no Brasil tenha buscado caminhos próprios, não transpondo de modo simples e imediato o modelo de Chandler (como talvez fosse de se esperar dada a força acadêmica desse modelo). Cabe indagar se seria possível formular uma "teoria" ou um "modelo" que pudesse generalizar a experiência das empresas instaladas no Brasil. Tenho sérias dúvidas quanto a essa possibilidade (ou deveríamos ter pelo menos três modelos: o da empresa pública, o da privada nacional e o da multinacional) e mesmo quanto à relevância de tal modelo.

Há, no entanto, outra questão a discutir: qual o significado da história de empresas para a história econômica do Brasil? Uma história que, nos moldes típicos, revele as razões do sucesso das empresas é relevante para o entendimento da história econômica do Brasil? Ou haverá outros

elementos a extrair da documentação empresarial que podem ser melhor incorporados aos estudos da história econômica do Brasil?

Esta resposta talvez exigisse alguma definição do que entendemos por história econômica. Prefiro, no entanto, explorar alguns aspectos propriamente históricos da economia brasileira.

O estabelecimento da "empresa" no Brasil - ou mais propriamente da grande empresa por ações - coincide ou faz parte de um dos mais importantes processos históricos: o da transição do trabalho escravo para o trabalho livre (ou da constituição do capitalismo no Brasil). É na segunda metade do Século XIX que começam a se estabelecer as sociedades, raramente constituídas para a exploração agrícola: sociedades comerciais e financeiras despontam como as mais frequentes, mas são seguidas, a partir do último quarto do século, pelas empresas de serviços públicos: iluminação a gás, transportes urbanos, estradas de ferro e, já no Século XX, energia elétrica, telefones são alguns dos ramos que abrigam as maiores empresas estabelecidas no Brasil (bastando lembrar os casos da D.Pedro II/Central do Brasil, Cia.Paulista de Estradas de Ferro e Light/Brazilian Traction).

O que pretendemos sugerir é que o estabelecimento de grandes empresas não ocorre "paralelamente" à transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mas faz parte desse processo e é um de seus determinantes. Diferentemente das interpretações que atribuem o fim do escravismo e o adoção do trabalho do imigrante a processos ocorridos estritamente na área rural (em particular, na fazenda de café do Oeste paulista), acredito que esse processo tenha sido impulsionado por uma nova dinâmica da acumulação que é dada pela grande empresa - em especial, da grande empresa ferroviária - dentro da economia cafeeira. A expansão da produção cafeeira, que acaba por impor a imigração, deixou de ser um problema apenas dos fazendeiros de café e se tornou uma condição para a acumulação urbana, seja do comércio, seja da atividade "industrial" do setor de serviços públicos.

Desse modo, ao me propor há muito tempo atrás, o problema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na economia cafeeira fui levado, talvez de forma ainda intuitiva, a concentrar minha atenção na grande empresa de serviços públicos (Saes, 1986).

Qual a relevância da história de empresas para a discussão desse tema? Certamente, não me preocupei propriamente com o problema das razões do "sucesso" das empresas, embora o tema acabasse emergindo quando se confrontava o sucesso de algumas com o fracasso de outras. (Saes, 1981). Para meus objetivos, a história das empresas permitiu identificar algumas diferenças fundamentais entre a sociedade escravista e a fundada no trabalho livre e que não eram mera decorrência dessa mudança, como procuro indicar a seguir:

- a constituição das grandes empresas na economia cafeeira tornou nítidos (ou mesmo criou) conflitos entre diferentes estratos dos fazendeiros de café: simplificadamente, de um lado a "lavoura" (estrato de pequenos e médios proprietários ligados exclusivamente à atividade rural) e de outro o "grande capital" (constituído por proprietários de extensas fazendas mas que mantém vínculos fortes com atividades urbanas como estradas de ferro, serviços públicos, comércio, bancos);

- o "grande capital", com interesses bem definidos em relação à política econômica tem também grande capacidade de pressão sobre o governo (muitas vezes porque se vê diretamente representado nele). As relações entre estado e empresas, por meio de seus dirigentes, tornam-se muito evidentes e pontos importantes da política econômica;

- a grande empresa, vinculada ao estabelecimento de tecnologias modernas, abre amplos setores à penetração do capital estrangeiro, que por seu maior poder financeiro ou pelo domínio de tecnologias, passa a ter forte presença em novos ramos(como energia elétrica, estradas de ferro, telefonia, gás), além de alguma participação no comércio e no setor financeiro.

A estes exemplos, em muitos casos passíveis de identificação por meio da documentação empresarial, poder-se-ía acrescentar outros tantos, como a constituição de um mercado de trabalho caracterizado por novas relações entre capital e trabalho e por uma escala hierárquica mais rígida. A relevância deste dado pode ser apontada pelo fato de a primeira grande greve em São Paulo ter sua origem numa manifestação dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1906. Por outro lado, essas grandes empresas tem papel fundamental no delinear da sociedade urbana de modo geral, não só pelas relações de trabalho mas também pelas inovações tecnológicas que oferecem e pelas normas que, de certo modo, impõem ao conjunto da população (seja no desenho da cidade, seja no próprio comportamento cotidiano).

O que pretendo afirmar, ainda que de forma superficial e pouco estruturada, é que a grande empresa (enquanto forma de articulação do capital) tem um papel fundamental na caracterização da nova sociedade (em particular na área cafeeira) que emerge na passagem do século XIX para o século XX.. Consequentemente, a história dessas empresas tem muito a revelar sobre os processos que se desenvolvem nesse período, tornando a exploração da documentação empresarial fundamental para o conhecimento da própria sociedade. É certo que o que se procura nessa documentação não é necessariamente as razões do sucesso da empresa e sim sua forma de inserção da sociedade, nos mais diversos sentidos.

Creio que esta forma de "utilizar" a história de empresas (como instrumento para a história econômica e não como disciplina autônoma e, em certa medida, isolada do entorno social) vem sendo requisitada por alguns grupos vinculados à própria história de empresas.[6] Toninelli refere-se, por exemplo, à crítica de Giulio Sapelli ao "reducionismo econômico" que se disseminou na história de empresas a partir de uma má assimilação da complexo analítico de Chandler:

[6] Esta proposta de uma história de empresas mais abrangente não é esposada por todos os especialistas. Mira Wilkins, por exemplo, afirma em relação a essa tendência: " Nosso campo não é história econômica, nem a história de uma

"Este reducionismo - que é a completa separação entre a economia de um lado, e a sociedade e a política de outro - está transformando a história de empresas em um ornamento redundante, destituído de qualquer valor heurístico. A fim de superar este perigo, é necessário abrir a disciplina a temas e métodos da sociologia, da antropologia e do pensamento político: sistemas de família e de cultura, comportamentos e rotinas sociais, grupos de parentesco, clãs e clientela, partidos e "lobbies" políticos, instituições, legislação e jurisprudência; todos estes são fatores que ajudam a moldar o caminho em que as firmas e os homens de negócio se movem" (Toninelli, 1996: 41-42).

Embora reproduza o pensamento de Sapelli, Toninelli ressalta o risco de abordagens tão amplas que, como as reducionistas, seriam capazes de explicar muito pouco.

De qualquer modo, é inegável que esta manifestação indica certa insatisfação com os rumos da história de empresas, sugerindo a necessidade de maior integração com outros aspectos do desenvolvimento social, postura com a qual tendo a concordar tendo em vista as restrições aos procedimentos usuais da história de empresas que procurei expor acima. Por outro lado, lembro que o uso da documentação empresarial, sem o objetivo de se fazer história de empresas, pode ser fundamental para a própria história econômica, em particular no caso do Brasil pela razões apontadas ao longo do texto. Nesse sentido, a aproximação entre a história de empresas e a história econômica, evitando a excessiva especialização, parece ser um caminho profícuo num país em que a pesquisa histórica e os recursos para realizá-la são bastante limitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

indústria, nem a biografia dos negócios, nem história social; ele é história de empresas e como tal requer atenção especializada, embora nunca estreita" (citado por John, 1997: 199).

Aquino, Cleber(org.). *História Empresarial Vivida (Depoimentos de Empresários Brasileiros Bem Sucedidos)*. Vol.I a IV: São Paulo, Gazeta Mercantil, 1986 a 1988; Vol.V: S.Paulo, Atlas, 1991.

Chandler, Alfred D.(Jr.). Strategy and Structure. Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1962.

Chandler, Alfred D.(Jr.). *The Visible Hand(The Managerial Revolution in American Business)*. Cambridge(Mass.)/London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1977.

Chandler, Alfred D.(Jr.). *Scale and Scope (The Dynamics of Industrial Capitalism)*. Cambridge(Mass.), Harvard University Press, 1990.

Church, Roy. "The limitations of the personal capitalismo paradigm", *Business History Review*, Vol.64, nº 4, winter 1990.

Fishlow, Albert. "Developing Countries and the Modern Firm", *Business History Review*, Vol.64, nº 4, winter 1990.

Gauld, Charles. *The Last Titan: Percival Farquhar*. Stanford University, Stanford, 1964.

John, Richard . "Elaborations, Revisions, Dissents. Alfred D.Chandler, Jr's, *The Visible Hand* after twenty years", *Business History Review*, Vol.71, nº 2, Summer 1997.

Marichal, Carlos. "Avances recientes en la Historia de las Grandes Empresas y su importancia para la Historia Económica de México", Marichal, Carlos y Cerutti, Mario (comp.). *Historia de las Grandes Empresas en México, 1850-1930*, México, Universidad Autónoma de Nueva León/Fondo de Cultura Económica, 1997.

Martins, José de Souza. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo, Hucitec, 1973.

Saes, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo/Brasília, Hucitec/INL-MEC, 1981.

Saes, Flávio Azevedo Marques de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo, Hucitec, 1986.

Schumpeter, Joseph Alois. “La Teoria Económica y la historia empresarial” in Schumpeter, Joseph Alois. *Ensayos*, Barcelona, Oikos-tau, 1968 (artigo publicado originalmente em 1949).

Schumpeter, Joseph Alois. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Nova Cultural, 1988 (livro publicado originalmente em 1912).

Sobel, Robert. *RCA*. New York, Stein & Day, 1986.

Tolliday, Steven. “Beyond the “Organizational Synthesis”: Paradigm and Theory in Recent American Business History” in Szmrecsányi, Tamás e Maranhão, Ricardo (org.). *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Hucitec/FAPESP/ABPHE, 1996.

Toninelli, Pier Angelo.”Business History as a field of research: the European Perspective” in Szmrecsányi, Tamás e Maranhão, Ricardo (org.). *História de Empresas e Desenvolvimento Económico*, São Paulo, Hucitec/FAPESP/ABPHE, 1996.